

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

(Lei 14.133/2021)

Serviço em geral, aquisição e fornecimento de bens

Processo CPA nº 2025/111762

**1. OBJETO**

Registro de Preços para eventual aquisição de portais detectores de metais, incluindo serviços de instalação e capacitação de servidores(as) para sua operação.

**2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO** (Inc. I, § 1º, art. 18, Lei 14.133/21)

- 2.1.** A utilização de pórticos detectores de metais pelo Tribunal de Justiça constitui medida essencial para a adequada execução dos protocolos de segurança e de triagem previstos no Manual de Segurança Orgânica, garantindo o controle de acesso e a mitigação de riscos à integridade física de autoridades, servidores e jurisdicionados
- 2.2.** O Manual determina que a segurança física seja organizada de modo que as pessoas que adentram os prédios do TJSP se submetam preliminarmente à triagem por detectores de metais, a qual deve anteceder o acesso a quaisquer setores internos.
- 2.3.** Conforme relatório extraído do sistema SIP/SAJADM, o Tribunal de Justiça dispõe, atualmente, de 742 (setecentos e quarenta e dois) pórticos detectores de metais patrimoniados, assim distribuídos: 250 (duzentos e cinquenta) equipamentos oriundos da contratação mais recente, com aquisição e instalação realizadas entre 2024 e 2025; 407 (quatrocentos e sete) provenientes da penúltima licitação, adquiridos e instalados entre 2016 e 2017; e 85 (oitenta e cinco) equipamentos adquiridos e instalados no ano de 2015.
- 2.4.** A análise da composição do parque evidencia envelhecimento relevante dos equipamentos, uma vez que 85 (oitenta e cinco) pórticos já ultrapassaram 10 (dez) anos de operação, e 407 (quatrocentos e sete) encontram-se na faixa aproximada de 8 (oito) a 10 (dez) anos, totalizando 492 (quatrocentos e noventa e dois) equipamentos em estágio avançado do ciclo de vida. Tal

cenário eleva a probabilidade de indisponibilidades, potencializa o risco de obsolescência tecnológica e tende a dificultar a manutenção do desempenho e da confiabilidade operacional exigidos para o controle de acesso às unidades.

- 2.5.** Registre-se que a manutenção dos pórticos detectores de metais não se equipara à de equipamentos eletrônicos convencionais, uma vez que depende, em regra, de peças originais, módulos proprietários, procedimentos específicos de calibração, ferramentas dedicadas e conhecimento técnico especializado do fabricante.
- 2.6.** Tais fatores tendem a concentrar a manutenção qualificada no próprio fabricante, quando existente, reduzindo a competitividade, ampliando a sujeição a condições comerciais restritivas e aumentando o risco de indisponibilidade operacional, ou, especialmente nos equipamentos mais antigos, da inviabilidade de manutenção.
- 2.7.** Na prática, do parque atualmente instalado, apenas os 250 (duzentos e cinquenta) pórticos detectores de metais mais recentes, adquiridos junto à empresa Detronix, apresentam, em tese, viabilidade técnica e econômica para contratação de serviços de manutenção. Os demais 492 (quatrocentos e noventa e dois) equipamentos não reúnem condições que justifiquem a manutenção, em razão de sua obsolescência, indisponibilidade de peças e limitações de suporte especializado.
- 2.8.** No que se refere aos pórticos mais recentes, da fabricante Detronix, foi realizada consulta de mercado junto ao próprio fabricante, com o objetivo de avaliar a viabilidade de contratação de manutenção corretiva/preventiva. O valor informado corresponde a R\$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais) mensais por equipamento. Considerando o valor unitário aproximado de aquisição de R\$ 12.700,00 (praticado à época sob especificação técnica anterior, de menor nível de exigência em relação à solução ora proposta), tal mensalidade representa aproximadamente 3,54% do valor do bem ao mês, o que corresponde a cerca de 42,52% ao ano.
- 2.9.** Projetado o dispêndio para um horizonte de 8 (oito) anos, correspondente à vida útil média do equipamento, o custo acumulado de manutenção preventiva atingiria R\$ 43.200,00 por pórtico, montante equivalente a aproximadamente 3,4 (três vírgula quatro) vezes o valor de aquisição. À luz do princípio da economicidade, tal padrão de gasto recorrente revela-se desproporcional em relação ao valor do próprio bem, sobretudo considerando que, em regra, esses equipamentos não apresentam histórico significativo de falhas nos primeiros anos de operação, concentrando maior incidência de

problemas ao final do ciclo de vida.

**2.10.** Diante desse contexto, mostra-se tecnicamente adequado e economicamente mais racional estruturar solução que privilegie a reposição planejada e a recomposição gradual do parque, assegurando a continuidade operacional e a atualização tecnológica progressiva. Assim, revela-se recomendável a adoção de mecanismo de contratação que permita a substituição célere de equipamentos em caso de falha definitiva ou ao final da vida útil, preferencialmente por meio de Ata de Registro de Preços, afastando a necessidade de contratação de manutenção de elevado custo.

**2.11.** Diante do exposto, a formalização de Ata de Registro de Preços para a eventual aquisição de pórticos detectores de metais mostra-se medida necessária e estratégica para assegurar a continuidade operacional do controle de acesso, mitigar riscos decorrentes da indisponibilidade de equipamentos, garantir a efetividade dos procedimentos de triagem e resguardar a integridade física de magistrados, servidores e jurisdicionados.

**2.12.** Em razão da necessidade de conclusão célere da contratação e tendo em vista a unidade demandante não possuir condições operacionais e nem estrutura para gerenciar a ata de registro de preços com a participação de outros órgãos da Administração Pública, não será possível a realização de procedimento público da intenção de registro de preços, previsto no § 1º do artigo 86 da Lei 14.133/21

### **3. DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL** (Inc. II, § 1º, art. 18, Lei 14.133/21)

A despesa está prevista no Plano de Contratações Anual (PCA) 2026 sob o número 533.

### **4. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO** (Parágrafo único, art. 11, Lei 14.133/21)

O objeto está alinhado ao Planejamento Estratégico do Tribunal de Justiça:

OBJETIVO 9 - Adequar Infraestrutura Física e Otimizar o Uso dos Prédio e Espaços.

META 9.2 - Adotar medidas necessárias visando à garantia e controle das condições de segurança em 100% dos prédios utilizados pelo TJSP, até 31/12/2026.

## 5. CATÁLOGO ELETRÔNICO DE PADRONIZAÇÃO (§ 5º, art. 12, Provimento CSM nº 2.724/2023)

O TJSP não disponibilizou catálogo eletrônico de padronização no Portal da Administração.

## 6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (Inc. III, § 1º, art. 18, Lei 14.133/21)

### 6.1. Sustentabilidade

A DETENTORA/CONTRATADA deverá adotar critérios e práticas de sustentabilidade tais como o uso de materiais sustentáveis, eficiência energética, redução de resíduos, tintas eco-friendly, transporte sustentável e embalagens e materiais de envio ecológicos.

### 6.2. Amostra/exame de conformidade/prova de conceito

- Após a declaração da vencedora do pregão e antes da homologação, encerrada a Sessão Pública, será concedido prazo de até 10 (dez) dias úteis para que a licitante vencedora apresente o equipamento à SAAB 2.1 – Coordenadoria de Segurança Patrimonial, em data e horário previamente agendados pela CONTRATANTE. As demais licitantes poderão acompanhar a análise técnica.
- O equipamento a ser analisado deverá ser entregue completo e devidamente instalado na unidade predial da CONTRATANTE, situada na Rua Direita, nº 250, CEP 01002-903, Sé, São Paulo/SP. Todas as despesas decorrentes (fretes, transportes, passagens, estadias e afins) correrão por conta exclusiva das licitantes.
- Os testes ocorrerão em local típico de uso do pórtico no Tribunal de Justiça, sem fontes evidentes de interferência, com raio livre imediato desobstruído, fluxo de acesso organizado e ponto de energia estabilizada disponível.
- O equipamento será examinado quanto ao atendimento às características, operação, desempenho, funcionalidades e demais especificações do Termo de Referência.

## 7. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO (inc. III, art. 18, Lei 14.133/21)

- 7.1.** Considerando que a presente aquisição decorre de necessidades supervenientes de reposição de equipamentos, não é possível prever antecipadamente a(s) unidade(s) específica(s) em que ocorrerá(ão) a demanda. Todavia, a estratégia adotada não se limita à substituição direta do pórtico que venha a apresentar falha, mas associa a reposição à modernização gradual do parque, mediante critérios objetivos de prioridade previamente definidos.
- 7.2.** Em decorrência do upgrade de especificação técnica previsto nesta contratação, foram definidas edificações prioritárias para o eventual recebimento dos novos pórticos detectores de metais, com base em critérios objetivos, consistentes na destinação de uso principal como GADE, Grupos e Câmaras e Fóruns localizados em comarcas de Entrância Final, conforme informações constantes do Banco de Informações Prediais.
- 7.3.** Assim, quando a substituição se fizer necessária em unidade não prioritária, será remanejado para esse local um pórtico em pleno funcionamento oriundo de uma edificação prioritária, que, por sua vez, receberá o novo equipamento com especificação superior, viabilizando a renovação progressiva e ordenada do parque, com melhor aproveitamento dos recursos públicos.
- 7.4.** O Anexo I-A apresenta a relação das 125 (cento e vinte e cinco) unidades aptas a receber os pórticos adquiridos, não implicando tal indicação na aquisição automática de igual quantidade de equipamentos, mas apenas na definição dos possíveis locais de entrega e instalação dos pórticos que vierem a ser eventualmente adquiridos no âmbito desta contratação.
- 7.5.** A entrega dos itens, sob demanda, mediante prévia emissão de Autorização de Fornecimento, deverá ocorrer nos termos nela estabelecidos, inclusive quanto ao endereço específico de entrega relacionados no Anexo I-A.
- 7.6.** Os portais a serem fornecidos deverão ser novos, observar integralmente as especificações técnicas do fabricante e apresentar perfeito estado de conservação e funcionamento.
- 7.7.** Após o recebimento da Autorização de Fornecimento, a DETENTORA/CONTRATADA deverá proceder à entrega do equipamento no endereço indicado, bem como realizar a instalação e o treinamento de operação, nos prazos e condições previstos no Anexo I – Termo de Referência.
- 7.8.** A DETENTORA/CONTRATADA deverá dispor de meios e recursos adequados para transporte e acondicionamento do equipamento até o local indicado pela gestão do contrato, correndo por sua conta todas as despesas de embalagem, seguro, transporte, tributos e demais encargos trabalhistas e previdenciários incidentes.
- 7.9.** O prazo de recebimento provisório será de até 10 (dez) dias úteis e, definitivo,

no prazo de até 30 (trinta) dias úteis em conformidade com o inciso II do art. 140 Lei nº 14.133/2021.

## **8. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO E PAGAMENTO (inc III, art. 18, Lei 14.133/21)**

- 8.1.** A CONTRATADA fará jus ao pagamento de cada equipamento adquirido somente após a sua entrega, instalação e realização do treinamento de operação, nos termos do Anexo I – Termo de Referência.
- 8.2.** O pagamento será realizado em 30 dias a partir do ateste da Nota Fiscal/Fatura pelo fiscal do contrato, após a entrega, instalação e realização do treinamento de acordo com a especificação.

## **9. GARANTIAS EXIGIDAS E OFERTADAS (inc. III, art. 18, Lei 14.133/21)**

### **9.1. Especificação da Garantia Complementar (inc. III, § 1º, art. 40, da Lei nº 14.133/2021)**

- O prazo de garantia dos equipamentos será de, no mínimo, 60 (sessenta) meses, contados a partir do recebimento definitivo dos equipamentos.
- A garantia abrange defeitos de fabricação e quaisquer vícios que tornem o produto impróprio ao uso, observadas as especificações do Termo de Referência.
- Durante a vigência da garantia, a CONTRATADA responderá por todas as despesas necessárias à restauração da plena funcionalidade do equipamento, incluindo mão de obra, peças, materiais e testes. Todas as peças de reposição deverão ser novas e originais do fabricante.
- Havendo qualquer falha de funcionamento do equipamento, deverá ser registrado chamado técnico junto à DETENTORA/CONTRATADA, com prazo máximo para resolução do problema de até 05 (cinco) dias úteis contados da abertura do chamado, salvo comprovação de impossibilidade, que será analisada pela contratante. A contagem do prazo inicia com a comunicação formal pela contratante.
- Deverá ser de responsabilidade da contratada todos os custos, a exemplo de transporte, frete, guarda e conservação dos equipamentos ou de peças e componentes, quando retirados

dos locais onde estiverem instalados para manutenção ou substituição, no todo ou em parte.

## 9.2. Suporte técnico

- A DETENTORA/CONTRATADA manterá, sem ônus adicional, serviço de atendimento pós-vendas por telefone, e-mail e aplicativo de mensagens, para registro de chamados, orientação de uso e suporte técnico.
- Em caso de defeito, o atendimento realizará diagnóstico remoto visando, sempre que possível, à solução imediata.
- Persistindo a falha após o diagnóstico remoto, a CONTRATADA deverá agendar e realizar visita técnica presencial em até 05 (cinco) dias úteis a partir da abertura do chamado.
- O reparo deverá ser concluído em até 10 (dez) dias úteis contados da abertura do chamado, salvo comprovada impossibilidade técnica, a ser reconhecida pela CONTRATANTE.
- Quando tecnicamente indispensável a remoção para laboratório, esta ocorrerá sem qualquer ônus para a CONTRATANTE, cabendo à CONTRATADA o custeio de transporte e guarda do equipamento.
- Nessa hipótese, a CONTRATADA deverá substituir temporariamente o equipamento por outro equivalente ou de melhor qualidade até a conclusão do conserto.

## 10. MODALIDADE DE LICITAÇÃO, CRITÉRIO DE JULGAMENTO e MODO DE DISPUTA (inc. VIII, art. 18, Lei 14.133/21)

Considerando que o objeto do presente estudo possui padrões de desempenho e qualidade, assim como especificações usuais de mercado, logo, a modalidade de licitação será o Pregão, na forma eletrônica, o critério de julgamento de menor preço e o modo de disputa aberto.

## 11. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO (Inc. IV, § 1º, art. 18, Lei 14.133/21)

- 11.1.** Considerando a existência de 492 (quatrocentos e noventa e dois) pórticos em estágio avançado do ciclo de vida (aproximadamente 8 a 10 anos

ou mais), propõem-se a formalização de Ata de Registro de Preços para contemplar reposição de até 10% (dez por cento) desse contingente no período de 12 (doze) meses, o que corresponde, de forma arredondada, a 50 (cinquenta) pórticos.

**11.2.** Adicionalmente, recomenda-se a previsão de margem técnica mínima para absorção de eventualidades relacionadas ao parque mais recente, composto por 250 (duzentos e cinquenta) pórticos instalados entre 2024 e 2025, tais como falhas definitivas pontuais, danos acidentais ou situações de inviabilidade econômica de reparo, ainda que tais hipóteses sejam consideradas de baixa probabilidade. Para esse fim, sugere-se a inclusão de 2 (dois) pórticos adicionais no quantitativo estimado, resultando em quantitativo total recomendado de **52 (cinquenta e dois)** pórticos para a presente contratação.

**11.3.** Registra-se que, na contratação proposta, foi estabelecida a exigência de garantia mínima de 60 (sessenta) meses, em contraste com o prazo de 12 (doze) meses adotado em contratações anteriores, o que tende a reduzir o risco de ocorrência de problemas de manutenção e, em última instância, a necessidade de reposição dos equipamentos a serem adquiridos.

**11.4.** Ressalte-se que, por se tratar de Ata de Registro de Preços, o quantitativo indicado possui natureza meramente estimativa, não implicando obrigação de consumo integral. A utilização ocorrerá conforme a efetiva necessidade, observados critérios técnicos de modo que a ARP funcione como instrumento de reposição racional, gradual e aderente à realidade do parque, assegurando a continuidade dos serviços e a gestão eficiente dos recursos públicos.

## **12. LEVANTAMENTO DE MERCADO E JUSTIFICATIVA TÉCNICA E ECONÔMICA (Inc. V, § 1º, art. 18, Lei 14.133/21)**

**12.1.** Na presente aquisição, propõem-se não apenas atualizar as especificações em relação à contratação anterior, mas principalmente adequar a solução às premissas do Manual de Segurança Orgânica do Tribunal de Justiça atualizado, em especial ao PSEG 4.2.9, que define rol de armas/itens proibidos de ingresso.

**12.2.** Para que a triagem atenda integralmente ao rol estabelecido, a especificação deve contemplar pórticos compatíveis com classe de detecção para objetos pequenos, tomando como referência parâmetro técnico consolidado, como o NIJ Standard 0601.02, que estrutura o desempenho por



classes de tamanho e inclui, na classe “small object size”, itens de difícil percepção, justamente para evitar que objetos discretos contornem a triagem.

**12.3.** É tecnicamente possível manter pórticos calibrados para objetos médios/grandes e compensar lacunas com o uso mais intensivo de detectores manuais. Contudo, esse modelo traz desvantagens relevantes e previsíveis:

12.3.1.A detecção de itens pequenos passa a depender de revista complementar com o detector de metais manual, elevando a chance de variação operacional, sobretudo em horários de pico, rodízio de equipes e diferenças de experiência.

12.3.2. Quanto mais frequente for a necessidade de revista complementar com detector manual, maior tende a ser a percepção de abordagem intrusiva e de inconsistência, o que aumenta conflitos e desgaste.

12.3.3. O modelo com detector manual funciona bem quando executado com rigor e padronização, mas isso exige treinamento contínuo, supervisão e disciplina operacional. Já o pórtico de objetos pequenos traz a triagem para o padrão do equipamento, reduzindo a variabilidade humana e elevando a conformidade.

**12.4.** Embora represente maior investimento unitário, a alternativa de aquisição de pórticos com capacidade de detecção de objetos metálicos de pequeno porte revela-se a solução mais aderente e eficaz às premissas estabelecidas no Manual de Segurança Orgânica do TJSP, por permitir que a triagem de acesso seja executada com maior completude e confiabilidade em relação ao rol de itens proibidos.

**12.5.** Essa aderência normativa e operacional tende a elevar o nível de segurança do controle de acesso, reduzindo a probabilidade de passagem de objetos de menor massa metálica e diminuindo a necessidade de procedimentos complementares. Como consequência, promove-se maior previsibilidade e padronização da fiscalização, conferindo maior tranquilidade aos administradores prediais e responsáveis pela segurança, além de contribuir para um ambiente institucional objetivamente mais protegido.

### **13. ESTIMATIVA DE VALOR DA CONTRATAÇÃO** (Inc. VI, § 1º, art. 18, Lei 14.133/21)

**13.1.** A estimativa do valor da contratação para aquisição de 52 (cinquenta e dois) portais detectores de metais foi elaborada com base em pesquisa de preços por comparação com contratações públicas de objeto equivalente,

utilizando como referência os valores unitários identificados nos instrumentos abaixo:

**13.2.** Como critério de estimativa, adotou-se a média aritmética simples dos preços unitários referenciais:

Referência	Órgão/Entidade	Preço unitário (R\$)
Ata de Registro de Preços nº 03.043/2025	TJ Mato Grosso do Sul	R\$ 29.990,40
Contrato nº 57/2024	Polícia Penal/RS	R\$ 26.021,00
Contrato nº 125/2023 – TJMA	TJMA	R\$ 26.049,90

**Cálculo do valor unitário estimado (média aritmética):**

$$\frac{29.990,40 + 26.021,00 + 26.049,90}{3} = \text{R\$ } 27.353,77$$

**Cálculo do valor total estimado (quantidade: 52 portais):**

$$27.353,7667 \times 52 = \text{R\$ } 1.422.396,04$$

**13.3.** Diante do exposto, o valor global estimado para a aquisição de 52 portais detectores de metais perfaz o montante de **R\$ 1.422.396,04** (Um milhão, quatrocentos e vinte e dois mil, trezentos e noventa e seis reais e quatro centavos).

#### 14. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO (Inc. VII, § 1º, art. 18, Lei 14.133/21)

##### 14.1. REQUISITOS MÍNIMOS DO DETECTOR DE METAIS

- Estrutura robusta, em aço carbono, alumínio ou aço inox, resistente a impactos mecânicos (colisão, choque e pressões provocadas pelo tráfego de pessoas).
- Revestimento em materiais sintéticos ou metálicos com pintura eletrostática e acabamento em PVC de alta resistência, resistentes à corrosão, dispensando repintura e manutenção corretiva ao longo da vida útil.
- Peças sem cantos, bordas angulosas ou pontiagudas, evitando acidentes com pessoas e danos a roupas.
- Rodízios para transporte.

- Altura interna: entre 2,00 m e 2,20 m.
- Largura interna: entre 0,70 m e 0,85 m.
- Profundidade: entre 0,50 m e 0,70 m.
- Peso bruto: inferior a 100 kg.
- Tensão de alimentação bivolt: 90 a 240 V.
- Ajuste automático de tensão.
- Proteção contra surtos de tensão, curto-circuito e sobrecarga.
- Sistema UPS ou bateria integrada com autonomia mínima de 90 minutos, compatível com a potência do equipamento.
- Possibilidade de alimentação elétrica por qualquer lateral ou altura (piso, parede ou forro).
- Colunas de LEDs para indicação das zonas de detecção e alarmes nas laterais esquerda e direita.
- Unidade de controle com caracteres alfanuméricos e funções controladas por microprocessador.
- Contadores de passagem e alarmes bidirecionais.
- Indicador sonoro com volume ajustável e tom programável.
- Mínimo de 8 zonas de detecção independentes, com indicação precisa da localização dos objetos.
- No mínimo 100 níveis de sensibilidade configuráveis por zona.
- No mínimo 20 frequências de operação com busca automática.
- Capacidade de detecção de metais ferrosos e não ferrosos em qualquer orientação.
- Imunidade à interferência da condutividade elétrica do corpo humano.
- Filtros digitais programáveis para mitigação de ruído elétrico e interferência eletromagnética.
- Sensibilidade para detecção de objetos grandes, médios e pequenos, conforme a National Institute of Justice NIJ 0601.02.
- Capacidade de detecção uniforme em toda a área interna, independentemente da posição ou orientação do objeto.
- Estabilidade de sensibilidade ao longo do tempo.

- Imunidade a interferências de equipamentos elétrico/eletrônicos, estruturas metálicas próximas, equipamentos de telecomunicação RF, ruídos de rede elétrica e interferências eletromagnéticas (rádio VHF, UHF, telefones sem fio e celulares).
- Capacidade de operar próximo a equipamentos de raios X sem alteração da sensibilidade ou geração de falsos alarmes.
- Função de inibição para evitar alarmes causados por grandes metais no entorno externo do pórtico.
- Uniformidade de detecção em toda a área de passagem do pórtico.
- Proteção contra alarmes falsos provocados por interferência de corpo humano ou passagem de pessoas sem objetos metálicos.
- Operação sem necessidade de recalibração mesmo com interferências externas transitórias.
- Faixa de temperatura operacional: de -10 °C a +55 °C.
- Umidade relativa: até 95%, não condensada.
- Capacidade de inspecionar pelo menos 10 pessoas por minuto.
- Operação segura para portadores de marca-passo, implantes cocleares, gestantes e mídias magnéticas.
- Manual técnico e programação em língua portuguesa.
- Possibilidade de instalação de múltiplos pórticos em proximidade de até 50 cm sem interferência entre si.
- Não possuir rampas de passagem ou estruturas fixas que impeçam fluxo de pessoas.

#### **15. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO (Inc. VIII, § 1º, art. 18, Lei 14.133/21)**

**15.1.** Diante do ônus associado à administração de diversos contratos relativos a um mesmo objeto, não se mostra viável o fracionamento em unidades distintas.

**15.2.** Ademais, o fracionamento, por vezes, eleva o preço unitário do objeto a ser licitado. Por outro lado, o aumento do quantitativo, nas contratações

anteriores do mesmo objeto, tem gerado diminuição do preço, em uma economia de escala.

- 15.3.** Além disso, não se constata particularidades no contexto do mercado local que respaldem a subdivisão do objeto em questão, portanto, será adjudicado a um único licitante.

#### **16. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS** (Inc. IX, § 1º, art. 18, Lei 14.133/21)

- 16.1.** A presente contratação tem como resultado principal assegurar a continuidade operacional do controle de acesso, mitigar riscos decorrentes da indisponibilidade de equipamentos, garantir a efetividade dos procedimentos de triagem e resguardar a integridade física de magistrados, servidores e jurisdicionados, em conformidade com as normas internas vigentes relativas à segurança institucional e à prevenção do ingresso de itens de risco nas dependências do Tribunal de Justiça

- 16.2.** Em segundo plano, a contratação objetiva garantir a renovação e modernização do parque de portais detectores de metais do Tribunal de Justiça, visando enfrentar, de forma estruturada, os efeitos da obsolescência tecnológica e do desgaste natural decorrente do uso intensivo desses equipamentos em rotinas de controle de acesso. Na prática, busca-se substituir gradualmente equipamentos antigos ou com desempenho insuficiente por portais novos, com especificações atualizadas e capacidade de detecção condizente com o cenário atual de risco.

- 16.3.** A contratação por meio de registro de preços, além de conferir flexibilidade para atender demandas ao longo do período de vigência, contribui para o planejamento da renovação e para a previsibilidade orçamentária, possibilitando reposições e ampliações de forma escalonada, conforme priorização técnica e disponibilidade de recursos.

#### **17. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS A CONTRATAÇÃO** (Inc. X, § 1º, art. 18, Lei 14.133/21)

Não há medidas indispensáveis a implantar antes da contratação..

#### **18. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES** (Inc. XI, § 1º, art. 18, Lei 14.133/21)

Não há contratações correlatas e/ou interdependentes ao objeto que poderá

impactar na execução contratual e até mesmo na homologação do objeto.

## **19. IMPACTOS AMBIENTAIS (Inc. XII, § 1º, art. 18, Lei 14.133/21)**

- 19.1.** A presente contratação não implica impactos ambientais relevantes. Os portais detectores de metais a serem adquiridos destinam-se à substituição de equipamentos, não havendo aumento de consumo de recursos naturais ou geração de resíduos.
- 19.2.** Os equipamentos desativados serão, como regra, encaminhados para alienação por meio de leilão, em conformidade com os procedimentos estabelecidos na Instrução Normativa nº 05/2023, promovendo a reutilização, a destinação ambientalmente adequada dos bens e a mitigação de descarte irregular.

## **20. POSSIBILIDADE DE COMPRA OU DE LOCAÇÃO DE BENS (art. 44, Lei 14.133/21)**

- 20.1.** A alternativa de locação de portais detectores de metais foi analisada, porém não se mostra vantajosa para atender às necessidades permanentes do Tribunal de Justiça.
- 20.2.** A locação desse tipo de equipamento revela-se mais adequada a situações pontuais e temporárias, como eventos ou demandas excepcionais, o que não se compatibiliza com o uso contínuo e permanente exigido nas unidades judiciais, onde os portais permanecem em operação diária por longos períodos.
- 20.3.** Sob o aspecto econômico, a locação mensal apresenta custo elevado quando comparada à aquisição. Como referência, contratos de natureza similar, a exemplo do Contrato nº 26/2024 do Tribunal de Justiça do Ceará, indicam valor aproximado de R\$ 847,00 por portal/mês, o que representa um dispêndio anual de aproximadamente R\$ 10.164,00 por equipamento. Nesse cenário, em cerca de 32 meses de locação, o custo acumulado (R\$ 27.104,00) já se aproxima do valor estimado de aquisição, fixado em R\$ 27.353,77 por portal, sem que haja a incorporação do bem ao patrimônio público.
- 20.4.** Considerando que os portais detectores de metais possuem elevada vida útil, baixo índice de falhas e reduzida necessidade de manutenção, sendo utilizados até o esgotamento de sua vida operacional, o modelo de locação resulta em custo recorrente elevado, sem ganhos proporcionais em eficiência, disponibilidade ou desempenho.

## **21. PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO (art. 15, Lei 14.133/21)**

Considerando que o objeto a ser contratado é de natureza comum, sem características especiais ou necessidade de esforços operacionais para atender ao objeto, possibilitando assim a ampla participação de empresas, não há necessidade da instituição do consórcio nesta contratação.

## 22. PLANO DE RISCOS (inc. XIII, art. 2º, Provimento nº 2.724/2023)

O conteúdo do Plano de Riscos encontra-se apartado através do Processo CPA nº 2025/00111762

## 23. EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

**23.1.** Identificação dos servidores responsáveis pela execução do planejamento da contratação.

<b>Unidade solicitante</b>	SAAB 2.1 – Coordenadoria de Segurança Patrimonial
<b>Secretaria/Diretoria responsável</b>	SAAB – Secretaria de Administração e Abastecimento
<b>Gestor de Planejamento</b>	Marcus Vinicius Andrade Pereira Supervisor de Serviço – SAAB 2.1.2
<b>Equipe de planejamento da contratação</b>	Marcus Vinicius Andrade Pereira Supervisor de Serviço – SAAB 2.1.2 Renan José dos Santos Chefe de Seção – SAAB 2.1.2.1

**23.2.** Identificação dos servidores responsáveis pela gestão do contrato (art. 72 do Provimento CSM nº 2.724/2023).

<b>Gestor do Contrato</b>	Marcus Vinicius Andrade Pereira Supervisor de Serviço – SAAB 2.1.2
<b>Suplente(s) do Gestor do Contrato</b>	Renan José dos Santos Chefe de Seção – SAAB 2.1.2.1

## 24. AVALIAÇÃO CONCLUSIVA (Inc. XIII, § 1º, art. 18, Lei 14.133/21)

**24.1.** À vista dos elementos constantes do presente Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que a contratação pretendida revela-se necessária, adequada e

vantajosa ao atendimento do interesse público.

- 24.2.** O diagnóstico do parque instalado evidencia risco relevante de obsolescência e indisponibilidade, na medida em que há parcela significativa dos equipamentos em estágio avançado do ciclo de vida, o que tende a aumentar a incidência de falhas, dificultar a reposição de componentes e reduzir a confiabilidade operacional do controle de acesso.
- 24.3.** Nesse contexto, a solução que privilegia a reposição planejada e a modernização gradual do parque, por meio de Ata de Registro de Preços, mostra-se mais apropriada do que alternativas baseadas em manutenção preventiva mensal, as quais podem elevar o dispêndio recorrente. A ARP, por sua natureza, confere flexibilidade para atendimento conforme a necessidade real, sem obrigatoriedade de consumo integral, e permite recomposição célere dos equipamentos em caso de falha definitiva.
- 24.4.** Diante do exposto, entende-se que a contratação, nos termos propostos, atende às necessidades do Tribunal de Justiça, bem como aos princípios da eficiência, economicidade e continuidade do serviço público, recomendando-se o prosseguimento da instrução para formalização da Ata de Registro de Preços.

São Paulo, data registrada em sistema.

Assinatura eletrônica da equipe de planejamento da contratação